



Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura

São Paulo: Boitempo, 2007.

(335 p.)

José Caldas da Costa

Jean Rodrigues Sales¹

O livro de José Caldas da Costa trata de um episódio na história da luta contra a ditadura militar brasileira implantada em 1964: a chamada guerrilha de Caparaó, tentativa de implantação, entre meados de 1966 e abril de 1967, de um foco guerrilheiro na região em que se encontra o Pico da Bandeira (Alto Caparaó, Minas Gerais). O autor é jornalista, entretanto não se trata apenas de trabalho jornalístico, na medida em que ele o apresenta como a sua “versão” para os acontecimentos que, por omissão ou não daqueles que escreveram a história do período, estavam relegados ao esquecimento (p. 14). O texto faz parte, assim, da produção recente que constrói a memória das lutas políticas travadas nos anos 1960 e 1970 no Brasil.

A obra apresenta méritos importantes. O principal deles é ter encontrado e entrevistado praticamente todos os remanescentes da guerrilha de Caparaó e assentar a sua narrativa, de forma extremante competente, nas versões apresentadas por esses antigos guerrilheiros. A segunda característica mais importante reside no fato de o autor, através das entrevistas, lograr reconstruir um pouco da história não apenas do movimento guerrilheiro, mas de um período importante da história brasileira que foi menos estudado do que muitas vezes supomos.

Após a apresentação dos personagens responsáveis pela guerrilha, em sua maioria militares de baixa patente, o texto se divide em três partes. Na primeira, “Caminhos para o golpe”, é

apresentado o tenso ambiente dentro das forças armadas no período que antecedeu o golpe militar de 1964, particularmente após a tentativa malograda dos militares tomarem o poder em 1961. Reconstrói ainda o caminho por meio do qual os sargentos e marinheiros, aos poucos, politizaram as suas demandas. Inicialmente, as reivindicações eram por melhores condições nos quartéis e por direitos como o de se casar e apresentar candidatas às eleições. Com a radicalização política vivida entre 1961 e 1963, os militares chegaram às vésperas do golpe identificados com a bandeira da legalidade democrática, o que significava, naquele momento, defender o mandato do presidente João Goulart das ameaças golpistas.

A politização dos subalternos das forças armadas foi apontada por muitos como um dos principais motivos que deram coesão ao setor militar responsável pelo golpe de 1º de abril, na medida em que os comandantes viam nela a quebra da hierarquia militar. Já para os sargentos e marinheiros que viveram aquele momento, como bem mostra o livro de José Caldas da Costa, o golpe não impediu que continuassem a lutar. Após saírem das prisões a que foram submetidos com a chegada dos generais ao poder, grande parte deles acabou aderindo à luta armada contra a ditadura militar.

Na segunda parte, “Da conspiração à guerrilha”, o autor trata do longo e difícil processo de preparação do foco guerrilheiro do Caparaó. O movimento nasceu basicamente da junção de dois setores exilados no Uruguai: os militares cassados e o grupo liderado por Leonel Brizola. O livro explora bem as tensões existentes entre os participantes do projeto guerrilheiro. A começar pelos problemas relacionados ao comando do ex-governador gaúcho que, apesar de ser o responsável pelo financiamento do movimento com dinheiro vindo de Cuba, não estava convencido da eficácia da guerrilha. Foi necessária a derrota de duas tentativas de insurreição no Rio Grande do Sul, tentando repetir o sucesso da resistência em 1961, para que Brizola concordasse com o encaminhamento do projeto guerrilheiro.

A partir das entrevistas, o autor consegue descrever em detalhes a montagem da guerrilha em Caparaó. O transporte dos homens, das armas e da alimentação. A subida e a adaptação ao difícil clima no alto da serra. As dificuldades de convivência do grupo. A desconfiança da população da região diante da chegada daqueles homens que desciam e subiam a serra. O início das operações militares na região. E, enfim, a prisão dos últimos sete combatentes que, exaustos, doentes e famintos, foram surpreendidos pela polícia mineira na manhã de 1º de abril de 1967, exatamente três anos após o golpe militar. Na descrição de todo esse processo, o texto apresenta as dúvidas, as tensões, os sonhos e a decepção de muitos dos participantes. Da esperança nutrida no Uruguai chegaram ao esgotamento e ao isolamento social. Aliás,

nesse caminho, a guerrilha de Caparaó sofreu de duas características básicas que marcaram a luta armada contra a ditadura militar: voluntarismo político e isolamento social.

A partir do final da segunda parte e no decorrer da terceira, “Do cárcere à reconstrução”, o livro destaca as várias interpretações e leituras dos sobreviventes da guerrilha sobre o evento. As discussões e dúvidas são muitas. Começando pela própria prisão, que alguns atribuem a um acordo entre a direção da guerrilha e os militares para se evitar a morte e, ao mesmo tempo, conseguir uma saída honrosa para os combatentes. Em seguida, acusações mútuas sobre o comportamento nos interrogatórios. Tortura, delações, infiltrações policiais, assassinato, são elementos presentes na reconstrução feita pelos antigos guerrilheiros mais de 30 anos após os acontecimentos. Por fim, os remanescentes da guerrilha avaliam o significado político do movimento que protagonizaram nos anos 1970. Em geral, concordam que a guerrilha de Caparaó foi importante para mostrar ao país que havia pessoas lutando contra os militares, ainda que alguns dêem um destaque maior, outros menor, ao significado político mais amplo do episódio para a história da luta contra os militares.

Em resumo, o livro de José Caldas da Costa, através de um conjunto importante de entrevistas, faz uma reconstrução, passo a passo, da adesão de sargentos e marinheiros a um projeto político nacionalista no início dos anos 1960; do golpe de 1964 e a cassação desses militares; da sua adesão à oposição ligada a Brizola, que se encontrava exilada no Uruguai; da estruturação e malogro de um projeto de levante em Porto Alegre; da opção pelo foco guerrilheiro e da chegada a Caparaó; da prisão dos envolvidos e, enfim, da reconstrução das vidas e da memória da experiência guerrilheira.

Nesse sentido, o trabalho do autor lança luz sobre um evento importante da história recente brasileira que é, entretanto, pouco conhecido. Esse relativo desconhecimento talvez esteja ligado ao fato de, efetivamente, não ter havido guerrilha e sim preparação; da luta armada ter sido, após a queda do Caparaó, ambientada nas cidades; pelo fato de a principal guerrilha rural do período ter acontecido no início da década seguinte sob o comando do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região do Araguaia. E, principalmente, pelo fato de os laços entre a maior parte dos guerrilheiros terem se rompido, impossibilitando que fizessem, após a abertura política, como outros agrupamentos fizeram, o debate e a rememoração coletiva de sua experiência. Foi necessário esperar que o repórter José Caldas da Costa empreendesse este impressionante esforço de pesquisa, que deu origem ao livro e possibilitou o reencontro dos antigos combatentes, para que a memória da guerrilha de Caparaó fosse reconstruída.

O livro *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura* também apresenta limites. Estes talvez se expliquem pela opção do autor em se manter no meio do caminho entre jornalismo e interpretação histórica. Se, no primeiro caso, o texto é praticamente irretocável, no segundo esbarra em algumas questões importantes sobre o período, que merecem ser lembradas. Em primeiro lugar, José Caldas dialoga pouco com a bibliografia existente sobre o tema, o que se agrava por o livro não apresentar efetivamente informações novas sobre a guerrilha. Os livros existentes acerca do assunto são utilizados, basicamente, para complementar informações pontuais e não como abordagens distintas existentes a respeito do tema.

Se somarmos as contribuições anteriores, que são citadas pelo autor, como aquelas dos jornalistas Gilson Rebello (1980) e Elio Gaspari (2002a, 2002b), do historiador Jacob Gorender (1998), dos ex-participantes diretos do projeto guerrilha, Avelino Bioen Capitani (1999), Bayard Demaria Boiteux (1998) e Flávio Tavares (1999), verifica-se que o livro não traz questões fundamentais para a compreensão da guerrilha de Caparaó; o que ele faz, de forma competente, é um detalhamento de eventos já apontados em outros estudos. Entre os trabalhos existentes, talvez as principais ausências sejam duas dissertações de mestrado que se relacionam diretamente com o livro, de autoria de Esther Kuperman (1992) e Paulo Parucker (1992)².

Um segundo ponto a que se deve estar atento diz respeito à tendência do autor em procurar explicar a história do período a partir da atuação dos subalternos das forças armadas. É natural que, em uma pesquisa de cerca de dez anos, o autor acabe por valorizar o seu objeto, mas, na análise do período, é necessário apontar que havia diversas outras forças em atuação. Por exemplo, por mais que o movimento de marinheiros e sargentos tenha sido responsabilizado pelo radicalismo político das forças armadas no pré-1964, e mesmo utilizado pelos militares golpistas para justificar a sua ação, havia uma conjuntura mais ampla que o autor não considera. Basta lembrar da intensa organização dos trabalhadores urbanos e rurais no período, que certamente serviu para reforçar a aglutinação das forças golpistas, que viam com desconfiança o fato desses movimentos ousarem romper com a secular exploração à qual estavam submetidos.

No mesmo caminho, José Caldas da Costa, ao enfatizar a importância da guerrilha de Caparaó, acaba incorrendo em um tema sempre difícil nas explicações históricas: as origens de determinados eventos. Assim, como o próprio título do livro indica, Caparaó é apontado como a primeira guerrilha contra a ditadura instaurada em 1964, interpretação que é no mínimo discutível. Afinal, haveria grande diferença, excetuando o cenário, entre a prisão de dezenas de pessoas em uma reunião na zona sul do Rio de Janeiro em 1966,

no episódio que ficou conhecido como “guerrilha de Copacabana”, e a prisão dos extenuados guerrilheiros na serra de Caparaó? Não foram ambos desarticulados pela polícia antes de passarem à ação?

Há outro evento que, mais do que a guerrilha de Copacabana, coloca em xeque a defesa de Caparaó como o primeiro movimento guerrilheiro e que passou despercebido pelo autor. Trata-se da tentativa de setores das Ligas Camponesas de implantarem campos de treinamento guerrilheiro no Brasil entre 1961 e 1962. Inicialmente, as Ligas, que surgiram no interior de Pernambuco por volta de 1955, tinham como objetivo principal promover a assistência entre os seus associados e lutar pela promoção de uma reforma agrária pacífica no país. A mudança em suas propostas pode ser identificada entre 1960 e 1961, quando muitos de seus membros fizeram viagens a Cuba. Os seus dirigentes criaram vínculos importantes com Fidel Castro, o que possibilitou ao grupo brasileiro se tornar pioneiro no envio de militantes para fazer treinamento guerrilheiro na ilha de Castro.

Após fazerem o treinamento guerrilheiro, alguns militantes das Ligas iniciaram a organização, no interior de Goiás, de campos para treinamento guerrilheiro. Em novembro de 1962, o grupo de Dianópolis (município hoje pertencente ao Estado de Tocantins) viu chegar durante a noite um contingente do exército na fazenda, causando a fuga dos militantes que lá se encontravam. As versões sobre a dissolução dos campos são controversas. Para alguns, as autoridades já sabiam o que se passava na região e vinham a tempo vigiando as atividades do grupo. Para outros, a descoberta não passou de uma coincidência, uma vez que o exército procurava armas contrabandeadas pelos latifundiários de Goiás, chegando por acaso à fazenda onde estavam os militantes.

O caso da aproximação de setores das Ligas Camponesas às idéias oriundas da revolução cubana e, principalmente, a criação dos campos de treinamento guerrilheiro durante o governo de João Goulart demonstram que a opção ou a simpatia de uma parte da esquerda brasileira pela luta armada antecede o golpe militar de 1964. Isso coloca em xeque uma linha interpretativa dos estudos sobre o período que tem privilegiado a hipótese de que a luta armada no Brasil surgiu exclusivamente como resposta ao golpe de 1964 ou ao fechamento da ditadura com o Ato Institucional número 5 (AI-5). Não se trata de negar a importância do golpe militar como fator de desencadeamento da luta armada nos anos 1960, mas sim de não obscurecer o debate interno das próprias organizações que surgiram antes de 1964, que não descartavam a utilização da luta armada para a transformação da sociedade brasileira.

Certamente os limites do livro de José Caldas da Costa não significam que o trabalho não preencha uma lacuna importante na história do período,

uma vez que ele sintetiza muitas informações esparsas e, principalmente, as interpretações dos próprios remanescentes da guerrilha. O livro, assim como também esta resenha, fazem parte do processo de construção da memória sobre o período que, como já apontou Daniel Aarão Reis Filho (1997)³, encontra-se em pleno movimento.

NOTAS

¹ Doutor em História Social pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), pós-doutorando do Departamento de História da USP (Universidade de São Paulo) e bolsista da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). É autor do livro *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. Contato do autor: jeanrodrigues5@yahoo.com.br.

² BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998; CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. São Paulo, Expressão Popular, 2005; GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a; Idem. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1998; KUPERMAN, Esther. *A guerrilha do Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1992; PARUCKER, Paulo. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil: 1961-1964*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 1992; REBELLO, Gilson. *A guerrilha do Caparaó*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980; TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

³ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”. In REIS FILHO, D. A. et al. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 31-45. Disponível na Biblioteca Digital da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br).